

PSICOPEDAGOGIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Um novo olhar voltado à inclusão.

Taís Luciana Assoni

RESUMO:

A presente pesquisa tem como objetivo apontar de forma mais detalhada a diferenciação entre escola inclusiva e integralista, esclarecendo metodologias e adaptações adotadas e diferenciadas em ambas. A crise paradigmática que se atravessa atualmente em relação à inclusão escolar e o papel do Psicopedagogo em meio a tantos conflitos.

Palavras chave: Escola Integralista , Escola Inclusiva e Psicopedagogo.

1. INTRODUÇÃO

Perpassamos nos dias um hoje uma crise de paradigmas cercada de muitas incertezas e inseguranças em relação à inclusão escolar, os desafios e as desacomodações que esta vem acarretando. As reações mais contabilizadas até agora são a retração e a rejeição das equipes diretamente envolvidas, ou seja, a equipe docente da maioria das escolas.

Nosso modelo educacional atual há algum tempo demonstra sinais de esgotamento nessa crise paradigmática, eis então que surge o momento das transformações. Agora é hora de ousar, de buscar o novo, de fazer a diferença, de romper paradigmas.

É o momento de a escola mudar e não exigir que seus estudantes mudem como já é tradição acontecer. Foi-se o tempo em que a escola era detentora do saber e os alunos apenas receptores.

É preciso não só redimensionar a estrutura do ensino, mas a mente de quem está envolvido, para que a escola seja inclusiva é necessário que esteja despida de preconceitos e que reconheça e valorize as diferenças.

2. ESCOLA INTEGRALISTA

A escola integralista recebe todos os alunos com suas multiplicidades, sem distinção, como prevê a lei.

O sistema de integração oferece ao estudante a oportunidade de transitar no sistema escolar, da classe comum ao ensino educacional especializado. Refere-se

especificamente a inserção de alunos com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem nas escolas comuns. Porém a escola não se modifica como um todo para receber o estudante, mas este deve adaptar-se às suas exigências.

A escola acolhe o aluno que se diferencia quanto ao seu comportamento, suas estruturas emocionais e cognitivas e não estando devidamente preparada para esta inclusão, ocorre o desequilíbrio do sistema, que, logo se torna excludente.

A escola comum abre suas portas para as multiplicidades, atendendo a orientação de não excluir nenhum estudante do convívio com crianças comuns, porém sem ter chegado anteriormente a um consenso sobre as implicações pedagógicas decorrentes às medidas cabíveis à inclusão. Desta forma a inclusão passou a ser excludente, pois a escola não está estruturada para oferecer as condições necessárias ao atendimento a estudantes com necessidades educacionais especiais.

Como diz MANTOAN (1997, p.20) “enquanto a pessoa está adequada às normas, ela é socialmente aceita. Basta, no entanto, que ela cometa qualquer infração ou adquira qualquer traço de anormalidade para que seja denunciada como desviante”.

Escolas atribuem a estudantes deficiências que são do ensino ministrado por elas mesmas, se avalia o que ele “o aluno” aprendeu e o que ele não sabe, e raramente se avalia o que e como a escola ensina.

É fácil o professor encaminhar estudantes que tenham dificuldades de aprendizagem e/ou deficiência para profissionais (colegas) especializados, transferindo a culpa da não aprendizagem. Será que esta não é uma forma de exclusão? Não se preocupando em reavaliar metodologias para abranger as várias formas de aprendizagem, a preocupação é apenas transmitir conteúdos conforme o currículo determina.

O respeito às diferenças vem se transformando em comodismo. Professores entendem deficiência e dificuldades como marcas indelévels e insuperáveis e desta forma basta apenas o conformismo e a aceitação. E assim faz-se do encaminhamento ao colega especializado a satisfação do dever cumprido.

Professores do ensino comum, transmissores de um saber fechado e fragmentado, seres passíveis a acomodação consideram-se incapazes para atender as multiplicidades na sala de aula, uma parcela desta culpa cabe aos colegas

especializados que sempre se distinguiram por realizar esse atendimento e exageraram na capacidade de fazê-lo aos olhos dos outros.

Muitas vezes um pouquinho mais de esforço e atenção direcionada àquele aluno poderiam ter transformado a sua vida. É preciso o professor provar apenas uma vez o sabor de ajudar seu estudante na superação, para que esse sentimento de satisfação e vitória se torne um vício. O passo inicial para que haja a inclusão é considerar as diferenças.

3. ESCOLA INCLUSIVA

A inclusão impõe uma reviravolta. Pais de alunos comuns relutam quanto à inclusão porque pensam que a qualidade do ensino vai baixar ou piorar, relutando assim a aceitar formas plurais e solidárias de convivência dentro da escola.

MANTOAN afirma que o “pensamento que norteia o atual sistema (educacional) é muito mecanicista, e discrimina claramente os normais (comuns) e os deficientes (com deficiência), o ensino regular (comum) e o especial (necessidades educacionais especiais), como também cada uma das disciplinas estudadas na escola”. Modalidades de ensino, espaços e programas segregados para que alguns possam aprender. Este se torna o princípio do sistema educacional excludente.

A escola tradicional resiste à inclusão, ela reflete a incapacidade de atuar diante da complexidade, da diversidade, da variedade, ou seja, da multiplicidade dos seus alunos.

É necessário que professores aperfeiçoem suas práticas para que haja uma modernização e reestruturação das condições atuais, para que respondam as necessidades e especificidades de seus estudantes, sem cair nas malhas da educação especial e suas modalidades de exclusão.

Todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações nos seus currículos, de modo que os futuros professores aprendam a trabalhar, conviver e aceitar as multiplicidades.

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para dificuldades e /ou deficiência. Os estudantes aprendem nos seus limites e o professor deverá considerá-los e explorar convenientemente as possibilidades de cada um.

O foco é superar o sistema tradicional de ensino. Rever o que e como o professor está ensinando à seus estudantes. Ensinar atendendo as multiplicidades,

mas sem diferenciar o ensino para cada um, depende de abandonar um ensino transmissivo e adotar uma pedagogia ativa, dialógica, interativa e integradora.

Fazer inclusão é acreditar que o ensino pode emancipar o estudante e não submetê-lo intelectualmente. É preciso fazer projetos vinculados a experiências e interesse dos mesmos. O professor inclusivo não almeja a homogeneidade de seu alunado, mas valoriza a singularidade que compõe a turma. Essa afirmação se completa quando Relvas (2009) diz que “novas posturas educacionais precisam ser estruturadas para que os educandos despertem para o aprender escolar”, e assim, estejam preparados para encarar os desafios da vida.

O objetivo da inclusão não é deixar ninguém de fora do ensino regular (comum), as escolas inclusivas propõem organização no sistema educacional que considere as necessidades de todos os estudantes e é estruturado em função destas. Todos são únicos e diferentes, os com deficiência, sem deficiência, com dificuldades de aprendizagem ou sem. Cada um do seu jeito com suas especificidades. A inclusão busca satisfazer a todos, considerando as multiplicidades e o sistema escolar se estrutura em função disso.

“(…) a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos. Todos sabemos, porém, que a maioria dos que fracassam na escola são alunos que não vem do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele.” (MANTOAN,1999)

A distinção entre inclusão e integração é um bom começo para esclarecermos o processo de transformação necessário para que a escola se torne inclusiva, de modo que possa acolher indistintamente todos os alunos.

Incluir não é favor, mas troca. Inclusão é interagir com o outro, sem separação de categorias de aprendizagem.

4. PSICOPEDAGOGIA NA ESCOLA INCLUSIVA

Através da Psicopedagogia Institucional faz-se fundamental o papel do Psicopedagogo no trabalho de construção de uma escola inclusiva.

Parte-se de uma proposta para o aprimoramento da equipe docente quanto a prática da inclusão relacionando conhecimentos e práticas pedagógicas

pertencentes a estes e partindo para um compartilhamento de ideias, sentimentos e ações entre professores, equipe de apoio, direção e coordenação pedagógica, de modo que se avalie situações diárias que desequilibram o trabalho na sala de aula. Fazendo com que desta forma, professores interajam regularmente com seus colegas e estudem juntos caminhos pedagógicos para a educação inclusiva.

O Psicopedagogo fará com que o professor consiga enxergar o aluno sob uma ótica integradora no aspecto cognitivo, afetivo, orgânico e social. Como se faz necessário relacionar experiências advindas do meio desta criança com a aprendizagem. Também fará com que o educador perceba que precisa observar essa criança no momento ensino aprendizagem, criando espaços favoráveis para que demonstre suas capacidades, potencialidades, habilidades e limitações. E no momento de avaliar este estudante prestar mais atenção nas suas habilidades e não nos impedimentos, trabalhar a autoestima é fundamental.

Todos nós poderemos vir a apresentar uma dificuldade de aprendizagem ou até mesmo uma deficiência temporária ou permanente, não há porque haver dois sistemas paralelos de ensino (o ensino comum e o ensino para os alunos com necessidades educacionais especiais), mas é preciso um sistema único que seja capaz de promover educação para todos. Um sistema que parta do princípio de que todo o ser humano possui o mesmo valor e os mesmos direitos. Ressaltando que a escola é composta de estilos e ritmos diferentes e é preciso atender a todos, fazer com que a criança sinta-se pertencente à escola.

O Psicopedagogo compreende o sujeito na sua singularidade a partir do seu contexto social e das relações que ele estabelece, é especialista em dificuldades de aprendizagem e desenvolve um papel articulador entre o sujeito e a dificuldade. Ele dá voz e vez a todos. Desta forma interagindo com a equipe docente, mostrando o melhor caminho para trabalhar com as multiplicidades encontradas na sala de aula torna-se um tranquilizador e orientador indispensável para um bom trabalho na inclusão escolar.

Parte do trabalho do Psicopedagogo também é propiciar informações (claras e verdadeiras) sobre o estudante que apresenta dificuldades e/ou deficiência, oferecer opções para que sejam superadas e fazer com que haja comprometimento da escola, assessoria psicopedagógica e família. Para que o sucesso seja obtido é necessário o desenvolvimento conjunto e colaborativo onde fundamental se faz o comprometimento de todas as partes envolvidas.

Segundo (Weiss,1991) “a psicopedagogia busca a melhoria nas relações com a aprendizagem, assim como a melhor construção da própria aprendizagem de alunos e educadores” ela não vem a favorecer apenas estudantes com dificuldades e/ou deficiência mas apoiar educadores na superação de suas inseguranças ao se depararem com as mesmas.

5 .CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho percebe-se que a inclusão torna a escola um ambiente rico em multiplicidades, onde fica claro que o desenvolvimento dos estudantes não ocorre de forma homogênea. Que não basta a escola apenas abrir suas portas para recebê-las, mas precisa preparar-se para garantir um trabalho diferenciado que proporcione o desenvolvimento de todos.

É necessária a sensibilidade de percepção das necessidades que cada criança exige e, que, para que isso ocorra basta o educador prestar um pouquinho mais de atenção no seu entorno e sair da sua zona de conforto. Não é difícil, mas como o novo sempre assustou muito, se espera que, com o passar do primeiro impacto aos poucos as mudanças se acomodarão.

O Psicopedagogo vem a contribuir de forma indispensável para que essa mudança se concretize, auxiliando família e escola a construir um olhar e uma escuta sensíveis as necessidades de cada um.

Segundo Ramos (2010) o primeiro passo para a inclusão na escola é realmente desfazer a ideia da homogeneidade e ter consciência das diferenças, reconhecendo que a aprendizagem é algo individual. A convivência com outras crianças é fundamental, porque isso permite o confronto com o “outro”. Se ela convive apenas com crianças que possuem as mesmas necessidades, não terá outros parâmetros.

Enfim, a escola atual não pode mais favorecer a exclusão e o desafio do Psicopedagogo é fazer com que toda equipe docente desenvolva um olhar mais sensível a essa realidade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

XAVIER, Amanda Vanessa de Oliveira. A Inclusão da Pessoa com Deficiência na Escola Regular. Artigo-Acadêmica curso Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados.

FABRICIO, Nivea Maria de Carvalho e SOUZA, Vânia Maria de Carvalho Bueno. A Inclusão Escolar e a Nossa Realidade Educacional. Psicopedagogia Online.

JUNIOR, Claudovil de Almeida Barroso. O Psicopedagogo na Educação Especial. UNIFAP. Macapá jan./jun.2012.

SANTOS, Mônica Pereira. Educação e Psicopedagogia: Rumo à Inclusão. Artigo

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Ed.Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Mennon, 1997.

RAMOS, Rossana. Inclusão na Prática: estratégias eficazes para a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2010.

RELVAS, Marta Pires. Fundamentos Biológicos da Educação: despertando inteligências e afetividades no processo de aprendizagem. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2010.

WEISS, Maria Lucia L. Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnostica dos problemas de aprendizagem escolar. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Ed.Lamparina 2007.